

Clipping da Infância e Juventude do TJPE – 13/11/2018

- [Justiça eleitoral doa ônibus para depoimento de crianças, em PE](#)
- [Debate sobre maioria penal cresce junto com assassinato de jovens](#)
- [Noticiários violentos podem causar ansiedade em crianças, aponta pesquisa](#)
- [Projeto muda reforma trabalhista e afasta gestantes de trabalho em locais insalubres](#)
- [Juízes de todo o país se reúnem para debater a infância e juventude no Fonajuv e Fonajuv](#)
- [Primavera - Prefeitura precisa providenciar estrutura adequada para funcionamento do Conselho Tutelar](#)

Assunto: Justiça eleitoral doa ônibus para depoimento de crianças, em PE

Fonte: CNJ

Data: 13/11/2018



O presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco (TRE-PE), desembargador Luiz Carlos Figueirêdo, oficializa, nesta terça-feira (13/11), com o presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), desembargador Adalberto de Oliveira Melo, a doação de um ônibus de grande porte que servirá à área de Infância e Juventude do TJPE. A doação do ônibus marcará a solenidade de inauguração do serviço de Depoimento Acolhedor

Itinerante.

Com o ônibus já devidamente equipado, o TJPE contará com uma unidade móvel para depoimento especial para crianças vítimas de abuso sexual. O ônibus possibilitará um depoimento mais efetivo e acolhedor para crianças em localidades que ainda não contam com salas de depoimento especial, nos moldes da Recomendação 33/2010 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

A Recomendação 33/2010 do CNJ sugere aos Tribunais a criação de serviços especializados para a escuta de crianças e adolescentes ou testemunhas de violência nos processos judiciais, em um ambiente adequado ao depoimento deste público, assegurando-lhes segurança, privacidade, conforto e condições de acolhimento.

Conforme explica o próprio CNJ, nas salas de depoimento acolhedor, as crianças são acompanhadas por servidores especializados, em ambiente que evita constrangimento e reduz danos psicológicos, pois não há contato com os réus. Os equipamentos utilizados são televisão, filmadora, aparelhagem para captação de áudio e telefone. Isso permite a interação entre o profissional que realiza a escuta e os envolvidos com a condução do processo: juiz, promotor e defensores. O depoimento é gravado em DVD e este somente é copiado se houver necessidade de prova similar em outro processo.

"Se não há recursos para se implantar, da noite para o dia, salas para ausculta protegida de crianças e adolescentes vítimas de abusos e violência física e sexual, a alternativa está na criatividade. O ônibus para o Depoimento Acolhedor Intinerante vai suprir a lacuna, enquanto que, paulatinamente, outras salas serão implantadas, além das 4 já existentes, permitindo qualificação e especialização de juízes, promotores e profissionais dos quadros do Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública e Polícia Civil", diz o desembargador Luiz Carlos Figueiredo que, além de presidente do TRE-PE, é desembargador e coordenador da Infância e Juventude do TJPE.

Assunto: Debate sobre maioria penal cresce junto com assassinato de jovens

Fonte: Portal Andi

Data: 13/11/2018



No canto de uma quadra de futebol, José Pedro, que completará 18 anos nesta semana, conversava na última sexta (9) com a namorada, Pâmela, grávida de oito meses, e a mãe, Roberta —todos os nomes são fictícios.

"Ainda bem que ele está aqui. Acho que está protegido. Lá fora, da turma de oito amigos dele, cinco morreram e dois estão presos. O outro é ele, que está aqui", diz a mãe.

"Aqui", no caso, é a unidade Cedro da Fundação Casa, a antiga Febem, na rodovia Raposo Tavares, zona oeste de São Paulo. É a segunda vez que José Pedro é internado —agora por receptação; antes, por tráfico de drogas. "Ele tem professor, tem regras, rotina. Sabe Deus o que teria em outro lugar", conclui a mãe.

"Outro lugar", no caso, seria o sistema prisional, se a idade mínima para a prisão fosse menor que a de hoje, 18 anos, como defende o presidente da República eleito, Jair Bolsonaro (PSL).

O debate em torno da redução da maioria penal tende a ganhar força a partir de janeiro, quando tomará posse o novo presidente, em um momento em que cresce também o número de jovens vitimados pela violência.

Bolsonaro assumirá um país com 28 mil adolescentes cumprindo medidas socioeducativas por atos infracionais, 24 mil deles em centros de internação, segundo o último levantamento do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, de janeiro deste ano, com dados de 2016.

Os adolescentes são também as vítimas: enquanto o número de assassinatos no Brasil em 2016 (último dado disponível) foi de 30,3 para cada 100 mil habitantes, entre jovens de 10 a 19 anos foi de 32,2 para cada 100 mil pessoas nessa faixa etária.

Essa taxa foi recorde em 2016 e tem sido superior à média geral desde 2013.

No total, naquele ano, 10.886 jovens de 10 a 19 anos foram assassinados, média de 30 por dia, quase todos eles homens (10.231), a maior parte deles negros (77%) e de estados nordestinos (44%). Agressão é a principal causa de morte dessa população.

O programa de governo do presidente eleito não fala sobre a violência contra crianças e adolescentes. Por outro lado, propõe, de forma enfática, "reduzir a maioria penal para 16 anos!".

Bolsonaro tem moderado seu discurso —já chegou a dizer que considerava 14 anos a idade ideal, mas, no final da campanha, afirmou em entrevista à Band que "a nossa proposta é passar para 17, o futuro governo passa para 16. Devagar você chega lá".

Assim, afirmou ele, "pode ter certeza que reduzindo a maioria penal, a violência no Brasil tende a diminuir".

Há uma PEC (Proposta de Emenda Constitucional) que já foi aprovada em duas votações na Câmara em 2015 e está parada desde outubro do ano passado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado. O projeto prevê que jovens de 16 a 18 anos deixem de ser inimputáveis se cometerem homicídio doloso (quando há intenção de matar), lesão corporal seguida de morte e crimes hediondos (estupro, por exemplo), e que cumpram pena separados dos maiores de 18 anos.

Se a proposta for alterada, para a partir de 17 anos, como sugeriu o presidente eleito, precisará voltar para a Câmara dos Deputados. A nova configuração do Congresso em 2019, com forte bancada do PSL, deve dar mais facilidade para Bolsonaro aprovar as propostas de seu interesse.

Os crimes previstos no projeto, porém, representam uma parcela menor das infrações cometidas pelos adolescentes internos. São 13,6% dos casos no total, a maior parte deles de homicídios (10%) e latrocínio (2%). A maior parte está no grupo de José Pedro: foram apreendidos por roubo (47% deles) ou tráfico (22%).

O juiz Sergio Moro, que comandará o Ministério da Justiça, já disse ser favorável à PEC. "O adolescente muitas vezes não tem uma compreensão completa das consequências do seu ato, mas um adolescente acima dos 16 já tem condições de percepção de que, por exemplo, não pode matar", afirmou na terça (6).

Um dos desafios de Jair Bolsonaro será o de reinserir na sociedade esses jovens. Pesquisa do Instituto Sou da Paz deste ano relacionou a idade em que as infrações dos internos foram cometidas ao grau de vulnerabilidade social do adolescente.

Segundo o estudo, quase 70% dos internos da Fundação Casa não frequentava a escola e estava ao menos dois anos atrás da série ideal para a idade —metade abandonou os estudos antes dos 14 anos.

Berenice Gianella, que foi presidente da Fundação Casa por 12 anos, secretária Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e atualmente é secretária Municipal de Direitos Humanos de São Paulo, diz que o debate ainda vai percorrer um longo caminho mesmo se o projeto for aprovado no Congresso.

Ainda deve haver discussão no Supremo Tribunal Federal sobre a definição se a maioria penal é ou não cláusula pétrea da Constituição, e pode haver reação na sociedade civil, na opinião de Berenice, que se diz contra a redução, embora ressalve que acha o debate saudável.

"O adolescente muitas vezes pratica o ato infracional não porque a punição é menor, mas porque tem mais impulsividade, é mais inconstante, pela fase da vida que está passando", explica. "Não adianta punir o adolescente autor de ato infracional e deixar de ter uma política pública que melhore sua vida".

Para Mariana Chies, coordenadora do departamento de infância e juventude do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, "colocar adolescentes que praticam atos infracionais [no sistema prisional] não faz sentido, porque a prisão não tem dado as respostas que a gente quer", afirma.

Ela afirma que, ainda que haja rebeliões e denúncias de maus-tratos, o controle do Estado é muito maior nos sistemas socioeducativos, onde a penetração do crime organizado é mínima, do que nos presídios convencionais —o que pode significar fornecer mais 'soldados' para facções criminosas.

"Se prender reduzisse os índices de violência urbana, a gente não teria os índices que tem", afirma Chies, lembrando que o Brasil tem a terceira maior população carcerária do mundo — 726,7 mil presos, de acordo com o último levantamento nacional.

O número de adolescentes que cumprem medidas socioeducativas cresceu exponencialmente: saltou de 4.245 em 1996 para 27.799 agora, aumento de 555% em 20 anos, o que, para Chies, derruba o argumento de que o jovem não paga pela infração.

Os adolescentes, atualmente, podem ficar até três anos internados —eles não cumprem uma sentença específica, mas passam por avaliação da Justiça periodicamente, que determina quando eles podem voltar para casa.

Segundo Chies, que dá aula sobre o assunto na Universidade Mackenzie, havia mais de 140 projetos no Congresso no começo do ano para aumentar o tempo de internação para até dez anos. Um deles, apresentado pelo ex-governador Geraldo Alckmin (PSDB).

Para o promotor Thales Cezar de Oliveira, a idade penal deve ser reduzida para 16 anos e em qualquer caso, "até por uma questão processual. Pode ser uma confusão grande. Ou você abaixa para todos os crimes ou não abaixa", afirma.

"O adolescente de 16 anos sabe que aquilo é crime, tem consciência de que o ato é criminoso, tem consciência das consequências daquele ato. Tanto é que, quando ele é preso pela polícia, a primeira coisa que diz é 'sou de menor'".

Oliveira ressalta que "a redução tem que ser encarada como uma dentro de um pacote de medidas a serem adotadas a médio e longo prazo."

O promotor é a favor de que os jovens cumpram pena em unidades separadas dos mais velhos, como propõe a PEC e como já está previsto na Lei de Execução Penal, afirma.

Esse sistema em que jovens pagam parte da pena em unidades separadas dos mais velhos é comum em outros países, como em Portugal e na Alemanha.

Assim como o Brasil, esses países são signatários da Convenção internacional sobre os direitos da criança da ONU, de 1989, que não foi assinada pelos EUA —na maior parte dos estados americanos, não há idade mínima para ir para a prisão.

Reduzir a maioria penal conta com alta aprovação da opinião pública. A última pesquisa Datafolha sobre o tema, de janeiro deste ano, dizia que 84% dos brasileiros são a favor da mudança para 16 anos. A aprovação é estável: era também 84% em pesquisas de 2003 e 2006, e chegou a 87% em 2015.

A PEC discutida no Senado é de 1993, apenas três anos depois da criação do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), mas o debate em torno da maioria penal é antigo.

O primeiro Código Penal brasileiro, de 1830, estabelecia que "não se julgarão criminosos os menores de quatorze anos" —mas que eles poderiam, se provado que cometeram crime com discernimento, "ser recolhidos às casas de correção".

Quase cem anos depois, em 1926, um engraxate de 12 anos foi preso por atirar tinta em um cliente com quem se irritou. Na prisão, foi violentado por 20 adultos. O crime bárbaro motivou a criação do primeiro "Código de Menores" no ano seguinte, que estabelecia que só aos 18 anos uma pessoa poderia ser encarcerada.

O limite de 18 anos foi fixado no Código Penal de 1940 e referendado pela Constituição de 1988 e pelo ECA.

Os que têm menos de 18 e mais de 12 anos vão para os sistemas de cumprimento de medida socioeducativa, geridos pelos governos estaduais.

Em São Paulo, existe a Fundação Casa, que quando se chamava Febem (Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor) foi palco de rebeliões e casos de maus-tratos.

O órgão foi rebatizado em 2006 e passou por uma série de mudanças, como a descentralização das unidades, que deixou menos adolescentes juntos em cada instituição.

Ainda há revoltas e denúncias —em 2016, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos impôs medidas cautelares aos internos do Complexo Raposo Tavares da Fundação Casa após denúncias de maus-tratos. A entidade diz que passou por revitalização do espaço, revisão do projeto pedagógico e formação de equipes de profissionais.

É nesse complexo que fica unidade Cedro, de José Pedro, do começo desta reportagem. Lá, há até internos que defendem a maioria aos 16. Como um de 18 anos, para quem isso poderia fazer os adolescentes pensarem duas vezes antes de cometerem crimes.

Na manhã de sexta, Mateus (nome fictício), 18, recebia a namorada —eles se encontram uma vez por mês.

"Se alguém vier me chamar para fazer qualquer coisa, não vou cair em tentação. Vou estudar, fazer um curso de Excel avançado, manter a mente ocupada", diz ele, que sonha em trabalhar com tecnologia da informação e gosta de ler para passar o tempo —o último livro foi o espírita "Triunfo Pessoal", embora ele seja católico.

Um dos quartos da unidade precisou ser adaptado para receber Ricardo (nome fictício), 19. Há dois anos, ele tomou um tiro nas costas ao tentar roubar a moto de um delegado e se tornou cadeirante.

O crime ocorreu na avenida Corifeu de Azevedo Marques, na zona oeste de SP. Ele estava com um amigo, que morreu na hora. Passou 17 dias internado. Hoje, consegue mexer uma das pernas.

Esta é a quinta passagem de Ricardo pela Fundação Casa, desta vez por roubo —é investigado também por um latrocínio, que ele nega. Hoje passa a maior parte do tempo estudando: quer ser advogado. Se não der, torneiro mecânico.

Na sexta, escrevia uma carta para a mãe, que vive em Osasco e faz bicos como faxineira e cozinheira para sustentar os oito filhos. "Estava contando como é minha vida e dizendo que estava tudo bem, que ela não precisa se preocupar. Fiz minha mãe sofrer e hoje estou aqui, na cadeira. Quero outra chance", diz ele.

Assunto: Noticiários violentos podem causar ansiedade em crianças, aponta pesquisa

Fonte: Portal Andi

Data: 13/11/2018



Insegurança e medo de ficar sozinha. Timidez, alterações no humor e dificuldade de concentração. Esses são alguns sintomas presentes diariamente na vida de Isabela, de oito anos. Os sinais se manifestam durante todo o dia e, à noite, começam as crises. “É só falar que está na hora de dormir que ela começa a ficar irritada, grita, fala alto, chora. Nos acorda quase que de hora em hora, pedindo para ficar ao lado dela. Quando vamos ao quarto, ela se enrosca em nós, parece que tem medo que possamos sair de perto”, conta a mãe Flávia Valpassos. De acordo com a Sociedade Americana de Ansiedade e Depressão, uma a cada oito crianças sofre do mesmo problema de Isabela, a ansiedade.

Um estudo recente desenvolvido pela psicóloga clínica Luciana de La Peña mostrou que um outro fator tem contribuído para agravar as crises de ansiedade infantil. A exposição aos noticiários violentos, de acordo com Peña, pode fazer com que crianças deixem de se sentir protegidas e desenvolvam sintomas como insegurança de sair à rua, de ir à escola e de ficar sozinhas. “Começaram a aparecer muitas crianças na clínica, principalmente entre cinco e treze anos, se sentindo indispostas, com dor de cabeça e até com dificuldades na fala. Então, comecei a investigar”, conta a psicóloga. “A violência hoje em dia está muito mais próxima. E com as informações mais rápidas e acessíveis, as crianças não se sentem mais seguras. Ao contrário, elas estão desenvolvendo ansiedade.”

De acordo com o psiquiatra, psicanalista e professor da UFRJ Edson Saggese, a ansiedade é uma reação normal dos humanos e serve para antecipar situações que não seriam suportadas pelo aparelho psíquico. “O organismo é equipado com estruturas para dar “sinal de alarme” quando há algo ameaçador - real ou imaginário. Várias estruturas cerebrais, circuitos de neurônios e moléculas de substância do sistema nervoso estão ligados à produção da ansiedade”, conta.

Saggese explica que existem marcadores na vida mental, como as preocupações excessivas, no comportamento, como medo de certos lugares e animais, e no corpo, como excesso de suor e de batimentos cardíacos. A ansiedade pode se tornar patológica quando esses sintomas se tornam tão excessivos que impedem as atividades normais cotidianas. “Não existe uma faixa etária específica para ter ansiedade. Alguns tipos são mais comuns nas crianças, como a ansiedade da separação dos pais ou as fobias”, explica o psiquiatra.

No caso dos noticiários, Saggese explica que quanto mais nova é a criança, menor sua capacidade de separar a realidade da fantasia. Isso faz com que não compreendam o potencial de danos de certos comportamentos ou confundam fatos reais com brincadeiras, influenciando diretamente no futuro delas. “O efeito que os telejornais terão sobre as crianças depende do tempo em que ficam expostas a eles, à idade, que influencia o nível de compreensão das notícias e, sobretudo, da participação dos pais”, conta.

De 2004 a 2014, o número médio diário de horas que as crianças passam em frente ao aparelho televisor aumentou de 4 horas e 43 segundos para 5 horas e 35 minutos – aumento de 52 minutos, de acordo com o Painel Nacional de Televisão do Ibope Media. O número médio de horas recomendado pela maioria dos psicólogos é uma hora para crianças menores e de duas horas para as mais velhas. De acordo com a professora e pesquisadora de estudos sobre violência e saúde da Fiocruz Kathie Njaine, essa superexposição aos meios de comunicação, principalmente aos conteúdos violentos, pode fazer com que as crianças se tornem indiferentes na vida real, podendo ter um comportamento imitativo.

Njaine defende que esse tipo de noticiário pode comprometer a atenção, incitar a violência e trazer problemas de obesidade. “As crianças podem ter sentimentos de medo de algumas notícias ou de pessoas que possam ser relacionadas à criminalidade. Esse sentimento pode levá-las a ter uma percepção da violência superdimensionada e localizada em alguns perfis e lugares”, conta. Para ela, a abordagem das notícias pode contribuir para criar uma visão distorcida, parcial e discriminatória dos eventos violentos. “É importante abordar a violência, mas sobretudo apontar os danos e as soluções, os encaminhamentos e a superação”, argumenta.

A pesquisadora ainda chama atenção para outro fator decisivo no acesso aos noticiários. “As redes sociais, pelo seu incalculável alcance mundial, tem mostrado outras formas de violência que necessitam ainda ser mais pesquisadas”, conta. Se por um lado as redes difundiram mais conteúdos violentos, elas também trouxeram uma esperança. Njaine destaca que as redes têm mostrado o potencial dos grupos de apoio, das instituições que atendem pessoas em situação de violência, dos programas de intervenção e da necessidade de todas as sociedades debaterem as formas de violência que afetam a vida de milhares de pessoas no mundo.

Para a psicóloga e conselheira do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) Iolete Ribeiro, a melhor forma de combater a ansiedade infantil é por meio do apoio da família. “Os pais devem atuar como mediadores. A maneira como a família reage aos noticiários pode influenciar o processo de interpretação da criança”, conta. A conselheira defende que tanto a escola quanto a família podem ajudar a criança a analisar os noticiários, evitando a naturalização ou o exacerbamento do medo e da insegurança. “É importante dar valor a tudo o que as crianças expressam, sem ridicularizá-las, procurando entender o sentido que tem pra elas”, explica.

No caso de Isabela, o noticiário contribuiu ainda mais para que a menina não queira sair de casa. “Ela morre de medo de assalto. Fica apreensiva na rua. Sempre pede para que eu tome cuidado quando a deixo na escola”, conta a mãe. Mas o diálogo da família faz parte do tratamento. “No mundo de hoje, vivemos uma situação bem difícil. Então acredito que, de algum modo, passamos esse medo que sentimos para ela. Mas conversamos e explicamos que nada vai acontecer e temos notado melhora na hora de dormir. Está sendo um processo lento. Mas estamos sempre em progressão”, conta Flávia.

Assunto: Projeto muda reforma trabalhista e afasta gestantes de trabalho em locais insalubres

Fonte: Agência Senado

Data: 13/11/2018



A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou nesta terça-feira (13) novas regras para o trabalho de gestantes e lactantes em locais insalubres. O PLS 230/2018, do senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO), teve a intenção de suprir uma lacuna deixada pela Medida Provisória 808/2017, editada para aperfeiçoar a reforma trabalhista. A MP perdeu sua vigência por não ter sido convertida em lei a tempo pelo Congresso Nacional.

— Este dispositivo tem o cuidado de não promover situações de discriminação da mulher em locais com atividades insalubres, o que pode afetar a sua empregabilidade, principalmente quando se tratar de mulher em idade reprodutiva. É de grande importância atingir ambos objetivos, quais sejam a garantia da saúde da mulher e o nível de emprego — afirmou o autor.

Nova regra

Conforme o projeto, a empregada gestante será afastada, enquanto durar a gestação, de quaisquer atividades, operações ou locais insalubres. Ela deverá exercer suas tarefas em local salutar, excluído, nesse caso, o pagamento de adicional de insalubridade.

Quando o grau de insalubridade for mínimo, o trabalho da gestante somente será permitido quando ela, por iniciativa própria, apresentar atestado de saúde, emitido por médico de sua confiança, autorizando sua permanência no trabalho.

Em relação às lactantes, o projeto diz que a empregada será afastada de atividades insalubres em qualquer grau quando apresentar atestado de saúde emitido por médico de sua confiança, do sistema privado ou público de saúde, que recomende o afastamento durante a lactação.

Relatório

O relator, senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES), foi favorável à iniciativa e explicou o porquê:

— Não há reparos a fazer, pois o projeto vai assegurar o afastamento da mulher gestante de atividades insalubres em grau máximo como forma de preservar a sua saúde e a do nascituro. Nos casos de grau médio e mínimo, elas podem trabalhar, desde que, por sua livre iniciativa, apresentem atestado de saúde emitido por médico de sua confiança — afirmou.

Ferraço ainda rejeitou uma emenda da senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM). A intenção dela era impedir em qualquer hipótese o trabalho das gestantes e lactantes em locais insalubres, além de garantir o pagamento do adicional mesmo durante o afastamento temporário.

— Estamos rejeitando a emenda da senadora Vanessa por entrar em conflito com o escopo do projeto. Apesar de seu bom propósito, não dialoga com a vida real — afirmou Ferraço.

O presidente da CAE, senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), afirmou que a votação do PLS 230/2018 foi uma boa oportunidade para que os parlamentares retificassem um ponto que fora muito criticado na reforma trabalhista.

Assunto: Juízes de todo o país se reúnem para debater a infância e juventude no Fonajup e Fonajuv

Fonte: Associação Brasileira dos Magistrados da Infância e da Juventude

Data: 13/11/2018



Foi realizada na noite desta segunda-feira (12), no Grand Park Hotel, em Campo Grande, a abertura do V Fórum Nacional da Justiça Protetiva (Fonajup) e do XXIII Fórum Nacional de Justiça Juvenil (Fonajuv), dois importantes instrumentos de atualização para fomentar os debates e o intercâmbio das experiências bem-sucedidas entre os magistrados que atuam na área protetiva e na área socioeducativa.

A solenidade contou com a presença do diretor-geral da Escola Judicial de Mato Grosso do Sul (Ejud-MS), Des. Júlio Roberto Siqueira Cardoso, que representou o presidente do TJ, Des. Divoncir Schreiner Maran, e da coordenadora da Infância e da Juventude do TJMS, juíza Katy Braun do Prado.

O diretor-geral da Ejud-MS abriu o evento dando as boas-vindas aos participantes e agradecendo o prestígio da presença de todos. “O Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul não vê limites para levar o conhecimento aos nossos magistrados. Sejam bem-vindos!”, destacou o Des. Júlio Roberto Siqueira Cardoso.

Em seu discurso, a coordenadora da Infância e da Juventude de MS ressaltou o orgulho de Mato Grosso do Sul em receber cerca de 80 juízes da infância e juventude de 22 Estados da Federação. “Faz muito tempo que nós não conseguíamos reunir esta quantidade de magistrados num único ambiente. Aqui nós temos um patrimônio intelectual e de especialistas em infância e juventude que precisa ser preservado. Nós vamos nos próximos dois dias discutir com todo afinco essas questões tão pertinentes que se levantam agora”, concluiu a juíza Katy Braun do Prado.

A mesa de abertura da solenidade foi composta também pelo presidente da Associação Brasileira dos Magistrados da Infância e da Juventude (Abraminj), Des. José Antônio Daltoé César, pelo presidente do Fonajuv, juiz Carlos José Limongi Sterse (TJGO), pelo presidente do Fonajup, juiz Sérgio Luiz Ribeiro de Souza (TJRJ), pelo juiz auxiliar da Presidência do Conselho Nacional de Justiça, Márcio da Silva Alexandre, pelo juiz auxiliar da Corregedoria do CNJ, Alexandre Chini, e pelo presidente da Associação dos Magistrados de MS (Amamsul), juiz Fernando Chemin Cury.

Após a abertura oficial dos eventos, a juíza Lavínia Tupy Vieira Fonseca (TJDFT) explanou sobre a implementação da aprendizagem profissional nas Unidades de Internação do Sistema Socioeducativo do Distrito Federal; e o secretário de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto do Ministério de Defesa, Brigadeiro Ricardo Vieira Machado, falou aos presentes sobre o Projeto “Forças no Esporte”.

Homenagens – A noite de abertura dos eventos foi finalizada com a entrega do Selo Amigo da Criança e do Adolescente pela Coordenadoria da Infância e da Juventude do TJMS. A homenagem é uma demonstração de reconhecimento e gratidão pelo apoio e especial dedicação na luta em prol da preservação dos direitos da criança e do adolescente.

Neste ano foram homenageadas as seguintes autoridades e empresas, em ordem alfabética: Antônio Carlos Videira, Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública do MS; Caixa de Assistência dos Servidores do Estado de Mato Grosso do Sul – CASSEMS, representada pelo seu presidente, Dr. Ricardo Ayache; Centro de Integração Empresa-Escola – CIEE, representada pela supervisora Aline Barbosa dos Santos; Des. Eduardo Machado Rocha; desembargador aposentado Joenildo de Sousa Chaves; Greice Maia de Deus, servidora do Poder Judiciário; desembargadora aposentada Maria Isabel de Matos Rocha; e Simone Beatriz Assis de Rezende, Procuradora do Trabalho da Promotoria Regional do Trabalho da 24ª Região/MS.

Em nome dos agraciados, a Des. Maria Isabel de Matos Rocha agradeceu a homenagem e destacou algumas pessoas marcantes que passaram por sua trajetória na magistratura, mas destacou, antes de todos, as crianças. “O seu sorriso e as suas lágrimas são as maiores inspiradoras da nossa atuação, porque são elas que nos motivam a fazer tudo que a gente faz. Crianças fora de uma família são seres incompletos, falta o afeto, o carinho individual e nos motivam para a ação, porque aquela realidade tem que ser mudada”, ressaltou a magistrada, que enumerou os diversos projetos na área da infância e juventude desenvolvidos em Mato Grosso do Sul e os magistrados que deram início a eles.

Fonajuv – O XXIII Fórum Nacional de Justiça Juvenil (Fonajuv) começa na manhã da terça-feira (13), apoiado pela Associação Brasileira dos Magistrados da Infância e da Juventude (Abraminj), com a participação de magistrados de todo o país e com representatividade do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e da Associação Brasileira de Magistrados (AMB), Promotores de Justiça e Defensores Públicos da Infância e da Juventude, se propõe a tratar do monitoramento eletrônico de adolescentes em conflito com a lei; da unificação de medidas socioeducativa em meio aberto; bem como da antecipação cautelar de prova por meio do depoimento especial, nos procedimentos infracionais.

O Fonajuv objetiva conhecer a realidade de cada região, os desafios e as experiências exitosas, buscando a construção de ferramentas para garantir a agilidade e a concretude na aplicação das medidas socioeducativas pelos juízes da área da Justiça Juvenil. Ao longo de cada ano, os juízes que compõem o Fórum Nacional da Justiça Juvenil (Fonajuv) reúnem-se nas cinco regiões do país para conhecer mais de perto a realidade de cada região, desafios e experiências positivas, visando a construção de ferramentas que sejam instrumentos de uso para garantir agilidade e concretude na aplicação das medidas socioeducativas pelos juízes.

Fonajup – O V Fórum Nacional da Justiça Protetiva (Fonajup) será realizado na quarta-feira (14), também com o apoio da Abraminj, e se propõe a estabelecer um fluxograma do acolhimento institucional visando a padronização do procedimento em todos os Estados da federação.

O Fonajup visa promover o debate de temas relevantes entre os magistrados com competência em infância e juventude, com vistas a atribuir eficácia máxima às normas protetivas, bem como trabalhar na elaboração legislativa pertinente, para que a magistratura seja ouvida em todos os projetos de lei que digam respeito à criança e adolescente em situação de vulnerabilidade.

Assunto: Primavera - Prefeitura precisa providenciar estrutura adequada para funcionamento do Conselho Tutelar

Fonte: MPPE

Data: 13/11/2018



Para que o município de Primavera esteja de acordo com as normas da legislação federal relativa à política de atendimento dos direitos da infância e juventude, o Ministério Público de Pernambuco (MPPE) recomendou à Prefeitura que providencie uma estrutura adequada ao Conselho Tutelar para que possa haver bom funcionamento do mesmo.

A Prefeitura tem 20 dias corridos para disponibilizar ao menos: um microcomputador com acesso à internet - banda larga; um aparelho de telefone para instalação na linha de telefonia fixa já existente; uma linha de telefonia celular que possibilite ligações para qualquer telefone de qualquer operadora; um aparelho de ar condicionado na sala de atendimento; um veículo automotor com motorista para realização de diligências e quaisquer outras atividades relacionadas à atividade funcional em qualquer dia e em qualquer horário.

“O Conselho Tutelar de Primavera está funcionando sem a adequada e indispensável estrutura, pois não há computador (encontra-se quebrado), a sala de atendimento não possui janela e não há climatização (ventilador não resolve o desconforto térmico no local), não há fornecimento imediato de veículo sempre que solicitado (conforme ocorrência relatada nesta semana), o aparelho de telefonia fixa quebrou e o telefone celular apenas efetua ligações a uma operadora, dificultando ligações quando em atendimentos/atividades externas”, relatou a promotora de Justiça Thinneke Hernalsteens, no texto da recomendação.

Segundo ela, deve constar da Lei Orçamentária Municipal previsão dos recursos necessários ao funcionamento do Conselho Tutelar (art. 134, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.069/90). “É assegurada a prioridade absoluta na destinação de recursos públicos nas áreas destinadas com a proteção à infância e juventude”, complementou a promotora de Justiça. “A omissão do município, consistente em não fornecer os recursos e a estrutura necessários para o adequado funcionamento do Conselho Tutelar, vem acarretando indiscutível e inevitável prejuízo à comunidade, às crianças e aos adolescentes”, alegou Thinneke Hernalsteens.